

Ata quatro

**Reunião do Conselho Geral
da Universidade de Lisboa**

Aos vinte dias do mês de julho do ano de dois mil e vinte e três, pelas dezassete horas, decorreu uma reunião do Conselho Geral da Universidade de Lisboa (CG), na Sala do Senado, sita na Reitoria.

A reunião foi presidida pelo Engenheiro Carlos Pina e estiveram presentes os membros que constam da lista em anexo à presente ata. Participou, ainda, via Zoom, a Conselheira Cristina Soeiro.

Em conformidade com o disposto no nº 2 do artigo 21º dos Estatutos da Universidade de Lisboa (ULisboa), o Reitor, Professor Doutor Luís Manuel dos Anjos Ferreira, esteve também presente.

O Presidente do CG designou o Conselheiro Paulo Martins para o coadjuvar na preparação da ata da presente reunião, nos termos do nº 2 do artigo 10º do Regimento do CG.

Verificada a existência de quórum, deu-se início à reunião, em conformidade com a ordem de trabalhos constante da convocatória enviada a todos os membros do CG e a documentação remetida pelo Presidente:

1. Informações Gerais;
2. Aprovação da Ata da reunião anterior;
3. Informações sobre a atividade na ULisboa;
4. Proposta de alteração ao artigo 5.º do Anexo I dos Estatutos da Universidade de Lisboa;
5. Plano estratégico da Universidade de Lisboa;
6. Eleição de novos membros das Comissões do Conselho Geral.

Ponto um – Informações Gerais:

Dando início aos trabalhos, o Presidente do CG deu as boas-vindas a todos os Conselheiros presentes, em especial ao novo Conselheiro José Luís Silva Zêzere, que substitui a Conselheira Filipa Serpa.

O Presidente do CG comunicou o pré-agendamento da próxima reunião para o dia vinte e oito de setembro, às dezassete horas, com vista à aprovação das contas consolidadas da ULisboa, tendo ainda informado que irá realizar-se, no próximo dia 3 de outubro, um *Forum* com a presença dos Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades para debate das propostas de alteração ao Regime Jurídico das Instituições de Ensino Superior (RJIES). A propósito deste tema, disse ainda que irá enviar a todos os conselheiros as questões enviadas pela Comissão para Revisão do RJIES como guião para a reunião com os Presidentes dos Conselhos Gerais das Universidades Públicas, realizada em Coimbra no passado dia 10 de julho.

Ponto dois - Aprovação da ata da reunião anterior

Depois de referir que tinham sido introduzidos no texto todos os contributos recebidos, o Presidente do CG procedeu à votação, tendo a ata sido aprovada por unanimidade dos membros presentes na citada reunião.

A pedido do Presidente do CG, e não tendo havido qualquer oposição por parte dos conselheiros presentes, passou-se à apreciação do ponto 4.

Ponto quatro – Proposta de alteração ao artigo 5.º do Anexo I dos Estatutos da Universidade de Lisboa

O Presidente do CG passou a palavra ao Reitor que começou por explicar as pequenas alterações propostas em relação à organização e funcionamento dos serviços da Reitoria, as quais não acarretam quaisquer custos acrescidos à ULisboa e promovem um incentivo no desempenho do trabalho.

O Presidente do CG referiu que, de acordo com as normas estatutárias em vigor, é necessário, para efeitos de aprovação, maioria de dois terços dos membros do CG.

Não tendo havido intervenções, o Presidente do CG colocou a votação a proposta de alteração ao artigo 5.º do Anexo I dos Estatutos da ULisboa, a qual foi, unanimemente, aprovada pelos 29 conselheiros presentes.

Ponto três – Informações sobre a atividade na ULisboa

O Presidente do CG deu a palavra ao Reitor que, após cumprimentar todos os conselheiros, passou a dar algumas informações sobre a Universidade, nomeadamente:

- i) O Prémio Científico CGD/ULisboa foi atribuído à Professora Doutora Maria do Carmo Fonseca,
- ii) Enquadrada nas comemorações dos 10 anos da ULisboa, decorre na Reitoria a Exposição *Mirabilia “Coisas Admiráveis”*, representativa de todas as Escolas, durante a qual será inaugurada uma peça escultórica comemorativa da data da autoria do escultor Professor Sérgio Vicente,
- iii) O Conselho de Coordenação Universitária formou um grupo de trabalho sobre o RJES que elaborou um documento apresentado ao Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP),
- iv) A divulgação do reforço no orçamento das universidades, cabendo à ULisboa 8,7 M€, que acresce aos 5 M€ anteriores, perfazendo o total de 14 ME. Apesar deste reforço, a ULisboa está claramente em *deficit* relativamente ao estabelecido no contrato de legislatura, pelo que enviou duas cartas à Senhora Ministra e solicitou uma audiência urgente, não tendo, até à data, obtido qualquer resposta,



- v) Vai passar a ser utilizada uma nova fórmula de financiamento do ensino superior, tendo como único parâmetro o número de estudantes, não sendo contabilizados os estudantes de doutoramento. A ULisboa pronunciou-se contra a nova fórmula, tendo no documento enviado ao CRUP, proposto a inclusão de fatores de qualidade e de eficiência do corpo docente e não docente, entre outros, propostas que não foram acolhidas pelo Governo. Por estas razões, a ULisboa tem vindo a manifestar o seu desagrado através de diversas intervenções públicas, nomeadamente, através de artigos publicados e a publicar no jornal Expresso sobre emprego científico, precariedade, ação social, etc.

Agradecendo a intervenção, o Presidente do CG deu a palavra ao Conselheiro Diogo Ferreira Leite que deixou um registo de solidariedade com a posição tomada pela Reitoria. Já o Conselheiro Miguel Antunes Afonso, acrescentou que atendendo à atual situação da ULisboa, torna-se necessária uma reação forte pelo que irá ser elaborada uma carta aberta a toda a comunidade académica, da qual se dará conhecimento ao Presidente do CG.

O Conselheiro Carlos Mota Soares afirmou que a fórmula proporcional ao número de alunos é a primeira fórmula de 1986/1987, significando isto que, quanto mais alunos reprovarem, mais dinheiro é atribuído. Sublinhou que os fatores de qualidade são muito importantes, tais como, a percentagem de docentes integrados nas unidades de investigação.

O Conselheiro Manuel Mira Godinho chamou a atenção para o facto de os melhores docentes estarem a sair da universidade e que a política atual está a destruir a universidade portuguesa e, em particular, a ULisboa. Referiu igualmente, que se atingiu, no seu entender, um nível histórico de enfraquecimento da universidade, sobretudo, com a política de igualização das universidades aos politécnicos que, na sua opinião, é muito grave. Terminou dizendo que a ULisboa tem de contestar esta posição. O Reitor esclareceu, no seguimento destas intervenções, que aguarda que a Senhora Ministra responda às cartas e que fez chegar ao Primeiro-Ministro cópia das mesmas.

O Conselheiro Jorge Maia Alves questionou o Reitor sobre a posição que o CRUP irá tomar em relação à fórmula de financiamento, ao que o Reitor respondeu que o Vice-Reitor, Prof. Doutor Luís Castro, naquele momento, estava em reunião com o CRUP a debater essa temática, esclarecendo que o documento apresentado nessa reunião é um documento subscrito pela UBI, UMinho, ISCTE e ULisboa.

Ponto cinco – Plano estratégico da Universidade de Lisboa

O Presidente do CG passou a palavra ao Reitor que começou por explicar que o Plano Estratégico é um documento muito importante que é necessário para a avaliação institucional e que, do ponto de vista genérico, define a estratégia para a ULisboa para os próximos anos. O Reitor referiu que o documento foi elaborado pela equipa reitoral, após consulta dos planos estratégicos das Escolas, e que tinha tido vários contributos, em especial dos presidentes e diretores das Escolas Seguidamente, explicou que o

documento tinha sido apresentado e discutido na última reunião do Senado, onde foi aprovado com 9 abstenções. O Reitor terminou a sua intervenção, explicando que o documento tem uma nota prévia da sua autoria, bem como um enquadramento em que foi colocada uma página em branco intitulada “*Universidade de Lisboa em números*” que será preenchida posteriormente.

A propósito desta temática, intervieram vários Conselheiros.

A Conselheira Carlota Gonçalves afirmou que o documento era muito interessante, apesar de os indicadores ali referidos necessitarem de ser mais específicos e de algumas frases deverem ser mais trabalhadas.

O Conselheiro Manuel Mira Godinho aludiu ao facto de o CG não ter sido envolvido antes da aprovação do Plano, posto a debate, e disse ter sido um erro não se ter optado por uma consultadoria externa para a elaboração do Plano, que, no tocante às metas, não se percebe se significam uma melhoria ou um retrocesso. Finalizou a sua intervenção, afirmando que o documento não fala na heterogeneidade das Escolas e não define a estratégia da ULisboa para sair do estrangulamento financeiro.

O Conselheiro Luís Curreia disse que o documento descreve bem a ULisboa, revelando ambição, sobretudo depois da intervenção do Reitor sobre as dificuldades de financiamento e do que tem sido feito para ultrapassar as mesmas. Destacou alguns indicadores a ter em conta, a par de ideias sobre o futuro, como a evolução digital e a investigação industrial.

A Conselheira Leonor Matos sublinhou que as cantinas, a falta de acessibilidade para pessoas com dificuldades motoras, o bem-estar, a promoção do desporto e a publicação de artigos científicos pela Imprensa da ULisboa, como veículo de promoção das atividades científicas, de investigação e cultural, deveriam estar espelhadas no documento.

O Conselheiro Diogo Correia felicitou o Reitor pelo Plano Estratégico apresentado que considerou estar bem estruturado, com temas ambiciosos para a ULisboa, tais como: a internacionalização e a aposta nas energias renováveis. Terminou a sua intervenção com uma referência à prática desportiva onde considerou faltar a indicação do número de atletas que a ULisboa pretende ter.

O Conselheiro Miguel Afonso referiu que não existe referência à figura da contratação pública a utilizar na implementação de uma maior sustentabilidade e, no âmbito do ensino, referenciou o esforço para melhorar as práticas.

A Conselheira Margarida Azevedo considerou o Plano bem elaborado, referindo ter visto com satisfação o capítulo “*ULisboa em números*” mas que gostaria de ter visto uma alusão às dificuldades das cantinas e à falta de serviço de jantar.

O Conselheiro Duarte Mihuta chamou a atenção para o combate ao insucesso escolar, referindo que o Plano não mencionava as dificuldades económicas que os estudantes enfrentam, tendo sugerido a redução de algumas taxas escolares.

A Conselheira Ana Isabel Ribeiro aludiu ao facto de as metas para patentes serem bastante boas, ao contrário da investigação científica que, na sua opinião, fica aquém da ambição que se almeja para a



ULisboa na medida em que quer o total de investigadores, quer o impacto das publicações, poderiam ser melhorados. Terminou a sua intervenção, sugerindo que, na Saúde, deveriam ser englobados os parâmetros promovidos pelo Inquérito da ULisboa sobre o bem-estar.

A Conselheira Cristina Branquinho alertou para o facto de o número de eventos ser menos relevante do que o seu impacto e sugeriu que todas as Escolas elaborassem os seus relatórios sobre Sustentabilidade como já acontece em algumas delas.

Depois destas intervenções, o Reitor solicitou que lhe fizessem chegar as sugestões referidas e justificou a não contratação de pessoas fora do contexto da ULisboa para a elaboração do Plano, por não conhecerem a realidade universitária tão bem como as pessoas que contribuíram para o documento apresentado.

Após a intervenção do Reitor, a Conselheira Margarida Espanha pediu a palavra para afirmar que é sempre fácil criticar o que está feito e que o difícil é fazer, referindo que o documento apresentado revela ambição e inovação, estando em falta, na sua perceção, as estratégias de implementação, um cronograma, as parcerias e as Escolas que darão contributos e qual o valor estimado para os objetivos do Plano.

O Conselheiro Frederico Carvalho comentou que a situação política e social do país, bem como as incógnitas internacionais, não são favoráveis à exequibilidade de um plano estratégico a 5 anos.

A Conselheira Maria do Rosário Grossinho corroborou as intervenções dos Colegas, sublinhando o facto de o documento estar bem escrito e bem planeado. Referiu-se à estratégia de aumento da contratação de docentes convidados, com vista a combater a falta de docentes, apontando o inconveniente destes docentes, pela natureza curta do seu contrato, não fazerem trabalho administrativo, sobrecarregando os professores de carreira.

O Conselheiro Diogo Ferreira Leite manifestou o seu agrado pelo documento apresentado e por este ter acolhido as propostas discutidas no Senado, referindo ainda o interesse na existência de uma linha de transporte entre a Alameda e Ajuda, à semelhança do que já sucede com o IST-Alameda/Tagus Park. Também referiu a utilidade da criação de um gabinete centralizado para o apoio aos estudantes internacionais.

O Conselheiro Alexandre Miguel Gonçalves expressou o seu agrado com a objetividade e a fácil leitura do documento, sugerindo para o capítulo "*A ULisboa em números*" a criação de um vídeo e infografia para tornar o documento mais apelativo e inovador.

O Reitor aproveitou para esclarecer que foi a Agência de Acreditação para o Ensino Superior (A3ES) que solicitou a elaboração do Plano Estratégico para efeitos de avaliação da ULisboa e que este Plano define um rumo para um espaço temporal que vai para além dos mandatos da atual equipa reitoral e do CG.

Terminadas as intervenções, o Presidente do CG colocou a votação, na generalidade, o Plano Estratégico apresentado, informando que os membros externos o tinham aprovado, por maioria, em conformidade com as normas estatutárias. Face ao resultado apurado (23 votos a favor; 2 votos contra e 4 abs-

tenções), o Plano Estratégico foi aprovado, na generalidade. Os Conselheiros Manuel Mira Godinho, Frederico Gama Carvalho e Duarte Mihuta apresentaram declarações de voto que se encontram em anexo.

Ponto seis – Eleição de novos membros das Comissões do CG

O Presidente do CG começou por recordar que a constituição das comissões ficou pendente de uma proposta consensual dos novos Conselheiros estudantes. Não tendo sido possível obter um acordo dos Conselheiros estudantes para a constituição da Comissão para a revisão Estatutária e Regulamentar da ULisboa propôs a votação, em alternativa, os seguintes Conselheiros para a representação do corpo de estudantes na referida Comissão:

- i. Miguel de Sousa Afonso e Duarte Mihuta.
- ii. Miguel de Sousa Afonso e Diogo Pereira.

Não tendo existido objeções a este procedimento, colocou-se a votação secreta as alternativas supra-mencionadas para a representação do corpo de estudantes na Comissão para a revisão Estatutária e Regulamentar da ULisboa, tendo o Conselheiro Miguel de Sousa Afonso e Duarte Mihuta obtido 11 votos e o Conselheiro Miguel de Sousa Afonso e Diogo Pereira obtido 14 votos.

Face aos resultados apurados, o Presidente do CG colocou a votação a seguinte proposta para a representação dos Conselheiros estudantes nas diferentes Comissões:

1. **Comissão para a Autoavaliação da ULisboa** – Conselheiros Diogo Ferreira Leite e Duarte Mihuta,
2. **Comissão para a Revisão Estatutária e Regulamentar da ULisboa** – Conselheiros Miguel de Sousa Afonso e Diogo Pereira,
3. **Comissão de Sustentabilidade, Saúde e Bem-Estar** – Conselheiras Leonor Matos e Margarida Azevedo.

Esta proposta foi aprovada unanimemente.

No final da votação a Conselheira Luísa Schmidt aproveitou para fazer um breve resumo do ponto da situação da Comissão de Sustentabilidade.

O Presidente do CG concluiu a reunião, renovando os agradecimentos aos Conselheiros pelas suas intervenções, bem como ao Reitor.

Os documentos acima mencionados ficam arquivados em anexo à presente ata.



Nada mais havendo a tratar, foi dada por encerrada a reunião às vinte horas, da qual, para constar, se lavrou a presente ata, cujo projeto, nos termos do n.º 3 do artigo 10º do Regimento do Conselho Geral em vigor, será divulgado por todos, via correio eletrónico, para que se pronunciem sobre o teor da mesma com vista à sua aprovação na próxima reunião.

O Presidente,



Eng.º Carlos Alberto Brito Pina

O Conselheiro,



Professor Paulo Martins

Declaração de voto

Votei contra a proposta do plano estratégico da Universidade de Lisboa pois sinto que este prega pelo combate ao insucesso escolar quando ainda existem grandes entraves como a propina, taxas e emolumentos. Isto agrava-se quando olhamos para o aumento percentual de 25% da componente de receitas próprias no orçamento da ULisboa: Virá esse dever-se a um futuro das propinas? Parcerias com grupos económicos? Aluguer de espaços da universidade a entidades? Não seria interessante ter uma estratégia de redução das taxas e emolumentos como por exemplo as taxas para realizar exames em época especial ou as de entrega de tese (sendo estas das taxas mais díspares).

O enquadramento da investigação com «destaque para projetos [...] que agregam valor [...] à investigação fundamental» parece alicerçar a investigação às questões de mercado, desvalorizando assim a investigação que apesar de encontrar dificuldades a ter um “valor de mercado” encontra o seu valor no entendimento do progresso da humanidade até aos tempos atuais.

DUARTE MIHUTA



DECLARAÇÃO DE VOTO

ABSTENÇÃO

A situação política e social no nosso País bem como as incógnitas que caracterizam a evolução da situação internacional, não são favoráveis à elaboração de um Plano Estratégico a 4 anos minimamente credível.

Por outro lado, não encontro, nem no RJIES nem nos Estatutos da Universidade de Lisboa, qualquer referência explícita à obrigação de elaborar um tal plano. Apenas se encontra uma referência à sua possível existência nas competências do Conselho Geral onde se coloca a obrigatoriedade de que o plano (a existir) seja aprovado pelo Conselho, mas não à obrigatoriedade de que um tal plano seja elaborado.



Frederico Gama Carvalho

20 de Julho de 2023



Declaração de Voto

Votei negativamente a proposta de Plano Estratégico da Universidade de Lisboa, apresentada pelo Reitor na reunião do Conselho Geral de 20 de julho de 2023, pelos motivos que seguidamente exponho.

Em termos técnicos e formais, o documento é insuficiente, carecendo de uma abordagem profissional.

Em termos processuais, estou em absoluto desacordo que o Conselho Geral que dispõe de competência estatutária para deliberar sobre a estratégia da Universidade, apenas tenha sido envolvido na discussão da referida proposta numa fase muito a jusante, sendo deste modo o órgão e seus membros desconsiderados e relegados para um papel circunstancial.

Em termos substanciais, e mais importante, verifiquei falhas comprometedoras do sucesso da proposta estratégica apresentada. Efetivamente, não há formulação de estratégia consequente relativamente aos dois principais problemas com que a Universidade se confronta: (i) o estrangulamento financeiro que se tem vindo a verificar; e (ii) a heterogeneidade de desempenho inter-unidades orgânicas. A asfixia financeira que a Universidade vem sofrendo tem sido tratada como um problema de solução pela via tática, com intervenções públicas pontuais e eventuais audiências com a tutela. Trata-se porém de um problema estrutural, e sem uma resposta estratégica à altura apenas se adivinha o declínio da Universidade. Em relação à heterogeneidade de desempenhos, era necessária uma perspetiva mobilizadora, de convergência em torno de padrões de excelência, mas tal não se verifica.

Na minha tomada de posição tive em conta que o documento com o Plano Estratégico foi votado no Conselho Geral "na generalidade", com a abertura da possibilidade de acolhimento de sugestões para respetiva melhoria formal. Neste sentido, enviarei em mensagem à parte comentários e sugestões para melhoria do documento. Ainda assim, e pelas razões expostas, votei contra a proposta apresentada, pois não creio que mesmo depois da introdução das referidas melhorias formais a estratégia apresentada esteja à altura de responder aos desafios críticos com que a Universidade se irá confrontar nos próximos anos.

Manuel Mira Godinho
20 de julho de 2023



